



**MUNICÍPIO DE SANTA MARTA DE PENAGUIÃO**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

ATA DA REUNIÃO REALIZADA NO DIA  
02 DE JUNHO DE 2015

N.º 12/2015

PRESIDÊNCIA: Dr. Luís Reguengo Machado, Presidente da Câmara. -----

VEREADORES PRESENTES: Dr.ª Sílvia da Fonseca Silva, José Manuel Moreira Lopes, Dr. Luís  
Manuel Mota Bastos e Aníbal Pinto Prior. -----

AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS: Não houve. -----

SECRETARIOU: Dr. António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão. -----

HORA DE ABERTURA: 10:00 horas. -----

OUTRAS PRESENÇAS: Não houve. -----

ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR: Aprovada em minuta no final da respetiva reunião. -----



## SUMÁRIO

Pág.

### ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

|  |    |
|--|----|
| 1 – Assembleia e Câmara Municipal de Bragança – Resolução Sobre Vespa das Galhas dos Castanheiros.....                     | 3  |
| 2 – Prestação de Serviços – Celebração de Contrato na Modalidade de “Contrato de Avença” – Emissão de Parecer Prévio ..... | 9  |
| 3 – Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santa Marta de Penaguião – Revisão – Consulta Pública .....         | 13 |

### DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS

|   |    |
|---|----|
| 4 – Delegação de Competências - Informação do Presidente da Câmara Municipal..... | 14 |
|---|----|

### Tesouraria

|   |    |
|---|----|
| 5 – Resumo dos Fluxos de Caixa até 28 de maio de 2015 ..... | 15 |
|---|----|

### DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

|   |    |
|---|----|
| 6 – Atribuição do Subsídio Anual aos Grupos Culturais do Concelho .....                     | 16 |
| 7 – Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Fornelos – Pedido de Subsídio .....          | 17 |
| 8 – Fábrica da Igreja Paroquial de Alvações do Corgo – Pedido de Subsídio .....             | 18 |
| 9 – Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora do Bom Despacho – Pedido de Subsídio ..... | 18 |
| 10 – XIV Concurso Internacional “La Selezione del Sindaco” – Animação Cultural .....        | 19 |
| 11 – Aluguer de Palcos – Autorização da Despesa .....                                       | 20 |
| 12 - Torneio Regional de Cadetes e Encontro de Escolas de Natação .....                     | 21 |
| 13 – Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius – Pagamento fracionado da despesa....      | 21 |



## ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

### Assembleia e Câmara Municipal de Bragança

#### – Resolução sobre a Vespa das Galhas dos Castanheiros

----- 1 – Presente à reunião oficiais do Município de Bragança, Assembleia e Câmara Municipal, que a seguir se transcrevem, respetivamente: -----

----- **Assembleia Municipal:** -----

----- “Moção -----

----- VESPA DAS GALHAS DOS CASTANHEIROS -----

----- Originário da China. Assinalado no Japão em 1941, na Coreia em 1961 e na Geórgia (USA) em 1974. Na Europa foi assinalado em Itália em 2002 e na França e Eslovénia em 2005. -----

----- Este himenóptero ataca todos os castanheiros em geral, apesar de algumas espécies serem bastante mais sensíveis que outras, como, por exemplo, *Castanea sativa* e seus híbridos. A variedade Bouche de Bétizac é bastante resistente, em que as larvas do inseto não se desenvolvem. -----

----- Desde a postura até ao desenvolvimento das larvas não é possível detectar qualquer sintoma, por simples observação visual. O principal sintoma é o aparecimento de galhas, nos ramos e folhas, a partir de meados de abril. O inseto ao induzir a planta para a formação de galhas prejudica o normal desenvolvimento vegetativo o qual se traduz numa diminuição do crescimento dos ramos, e formação de frutos. Pode mesmo conduzir à morte da planta. A dispersão é feita através do voo das fêmeas adultas, do vento ou da circulação de material infestado. Em consequência não há formação de galhas, e as folhas apresentam leves deformações. -----

----- A única forma de tratamento desta praga é a luta biológica com *Torymus sinensis*, um parasita

----- Considerando que foi confirmada, pela primeira vez, a presença da Vespa das Galhas do Castanheiro na área de Trás-os-Montes, mais propriamente em Carrazeda de Montenegro, no Concelho de Valpaços e em Parada, Bragança. -----

----- Considerando o forte impacto negativo que pode ter a Vespa das Galhas do Castanheiro na produção de castanha no Nordeste Transmontano, podendo no pior cenário provocar quedas de produção até 90%. -----



----- Considerando o valor económico gerado pela castanha em Trás-os-Montes, através da criação de riqueza, emprego e fixação das pessoas no meio rural e, por essa via, a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental desta região, de baixa densidade populacional. -----

----- Considerando que a castanha da região de Trás-os-Montes ocupa 85% da área nacional de produção. Desta produção cerca de 70% a 80% destina-se ao mercado externo (Espanha, França, Itália e Brasil são os mais representativos), contribuindo para a dinamização da economia nacional e consequentemente para a melhoria do saldo da balança comercial portuguesa. -----

----- Considerando que atualmente a castanha é o produto agrícola mais rentável de Trás-os-Montes e responsável pelo maior volume de exportações do nordeste transmontano, estando esse contributo avaliado em cerca de 100 milhões de euros, se considerarmos cumulativamente o impacto na produção e na agroindústria da região, tendo por conseguinte um peso determinante nos orçamentos das famílias, quer sejam agricultores a título principal, ou residentes nas áreas urbanas mas que já tiram grande parte das suas férias para efetuarem a apanha das castanhas, com o objetivo de incrementar o respetivo rendimento disponível. -----

----- Considerando a excelência deste produto agrícola classificado como "Premium" a nível mundial como o comprova o facto de aproximadamente 85% da produção se destinar à exportação, existindo uma fileira perfeitamente estruturada e inovadora, desde o produtor até ao consumidor, sendo Bragança atualmente o concelho líder a nível nacional no que concerne à produção, transformação e investigação. -----

----- Considerando o histórico de combate à Vespa das Galhas do Castanheiro ocorrido em Itália e noutros países europeus, exige-se que sejam tomadas, no mais curto espaço de tempo, as medidas necessárias ao combate eficaz deste potencial flagelo económico e social para a região de Trás-os-Montes, solicitando-se, com carácter de urgência, a introdução das medidas financeiras e legislativas capazes de garantir aos agentes da fileira as condições para vencerem esta ameaça, sem os custos por que tiveram que passar outros países. -----

----- Considerando o exposto, a Assembleia Municipal de Bragança, reunida em 30 de abril de 2015, delibera: -----

----- - Que seja solicitada às entidades competentes a proibição da circulação de castanheiros para novas plantações ou replantações, desde que não estejam certificados e que venham de zonas atacadas pela vespa dos galhos do castanheiro. -----



- - Reforço da fiscalização na altura da comercialização das plantas. -----
- - Imediata aplicação do antagonista onde sejam identificados focos de vespa e que esta aplicação seja suportada pelo Ministério da Agricultura e do Mar. -----
- - Propomos ainda a celebração de um protocolo da CMB com o IPB, tendo como objetivos: ---
- - Continuar a aposta nos estudos científicos, com a maior celeridade possível, para promover o combate às pragas dos castanheiros; -----
- - Estabelecer parcerias com as mais diversas entidades envolvidas no combate a este flagelo, nomeadamente com a Direção Regional de Agricultura do Norte, Direção geral de Alimentação e Veterinária, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro e Associação Portuguesa da Castanha. -----
- Que a presente deliberação seja enviada para as seguintes entidades: -----
- - Ministério da Agricultura e do Mar; -----
- - Secretária de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar; -----
- - Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas; -----
- - Direção Geral de Alimentação e Veterinária; -----
- - Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; -----
- - Câmaras Municipais dos Distritos de Bragança e de Vila Real; -----
- - Assembleias Municipais dos Distritos de Bragança e Vila Real; -----
- - Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.; -----
- - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; -----
- - Instituto Politécnico de Bragança; -----
- - Associação Portuguesa de Castanha; -----
- - Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Bragança; -----
- - Organizações de produtores agrícolas e florestais dos Distritos de Bragança e Vila Real; -
- - Comunicação Social. -----
- **Os subscritores:** Telmo Ramiro Prada Afonso, Francisco Manuel Esteves Marcos, Luís Aníbal Rodrigues Martins, António Alberto Vaz Pereira Morais, Rui Fernando Rodrigues Correia, Manuel Agostinho Pires Diz, Francisco Luís Pires Pinheiro, José Carlos Fernandes Valente." -----
- **Câmara Municipal:** -----



----- "VESPA DAS GALHAS DO CASTANHEIRO"-----

----- Pelo Sr. Presidente, foi apresentada a seguinte proposta de resolução: -----

----- "Considerando que foi confirmada, pela primeira vez, a presença da Vespa das Galhas do Castanheiro na área de Trás-os-Montes, mais propriamente em Carrazeda de Montenegro, no Concelho de Valpaços. -----

----- Considerando o forte impacto negativo que pode ter a Vespa das Galhas do Castanheiro na produção de castanha no Nordeste Transmontano, podendo no pior cenário provocar quedas de produção até 90%. -----

----- Considerando o valor económico gerado pela castanha em Trás-os- Montes, através da criação de riqueza, emprego e fixação das pessoas no meio rural e, por essa via, a coesão territorial e a sustentabilidade ambiental desta região, de baixa densidade populacional. -----

----- Considerando que a castanha da região de Trás-os-Montes ocupa 85% da área nacional de produção. Desta produção cerca de 70% a 80% destina-se ao mercado externo (Espanha, França, Itália e Brasil são os mais representativos), contribuindo para a dinamização da economia nacional e consequentemente para a melhoria do saldo da balança comercial portuguesa. -----

----- Considerando que atualmente a castanha é o produto agrícola mais rentável de Trás-os-Montes e responsável pelo maior volume de exportações do nordeste transmontano, estando esse contributo avaliado em cerca de 100 milhões de euros, se considerarmos cumulativamente o impacto na produção e na agroindústria da região, tendo por conseguinte um peso determinante nos orçamentos das famílias, quer sejam agricultores a título principal, ou residentes nas áreas urbanas mas que já tiram grande parte das suas férias para efetuarem a apanha das castanhas, com o objetivo de incrementar o respetivo rendimento disponível. -----

----- Considerando a excelência deste produto agrícola classificado como "Premium" a nível mundial como o comprova o facto de aproximadamente 85% da produção se destinar à exportação, existindo uma fileira perfeitamente estruturada e inovadora, desde o produtor até ao consumidor, sendo Bragança atualmente o concelho líder a nível nacional no que concerne à produção, transformação e investigação. -----

----- Considerando o histórico de combate à Vespa das Galhas do Castanheiro ocorrido em



Itália e noutros países europeus, exige-se que sejam tomadas, no mais curto espaço de tempo, as medidas necessárias ao combate eficaz deste potencial flagelo económico e social para a região de Trás-os-Montes, solicitando-se, com carácter de urgência, a introdução das medidas financeiras e legislativas capazes de garantir aos agentes da fileira as condições para vencerem esta ameaça, sem os custos por que tiveram que passar outros países. -----

----- Que a presente pretensão seja enviada para as seguintes entidades: -----

----- Ministério da Agricultura e do Mar; -----

----- Secretariat de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar; -----

----- Presidente do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas; -----

----- Direção Geral de Alimentação e Veterinária; -----

----- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte; -----

----- Câmaras Municipais dos Distritos de Bragança e de Vila Real; -----

----- Assembleias Municipais dos Distritos de Bragança e Vila Real; -----

----- Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P.; -----

----- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; -----

----- Instituto Politécnico de Bragança; -----

----- Associação Portuguesa de Castanha; -----

----- Juntas e União das Freguesias do Concelho de Bragança; -----

----- Organizações de produtores agrícolas e florestais dos Distritos de Bragança e Vila Real;

----- Comunicação Social." -----

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente." -----

----- **"PRAGAS DO CASTANHEIRO"** -----

----- Os Srs. Vereadores, Victor Prada e André Novo, apresentaram a proposta que a seguir se transcreve: -----

----- Considerando que o setor primário ainda é um dos maiores empregadores do nosso Concelho e da nossa região. -----

----- Considerando a urgência de estancar o despovoamento galopante a que estamos a assistir no interior e ainda mais acentuado no mundo rural. -----

----- Considerando que a castanha no nosso Concelho e na nossa região contribui com cerca de 50 a 60 milhões de euros por ano para a nossa economia, Segundo a Associação



Portuguesa de Castanha. -----

----- Considerando que as receitas da comercialização deste produto são, para muitas famílias, a base do seu sustento. -----

----- Considerando que as diversas pragas do castanheiro, nomeadamente o chamado cancro e agora a vespa da galha do castanheiro, ao longo dos anos vem dizimando grande parte dos soutos e se não se tomarem medidas, dentro de pouco tempo, na opinião do Presidente da Associação Portuguesa da Castanha, pode levar à diminuição de cerca de 70% da produção se nada for feito.

----- Considerando que urge acelerar a investigação a fim de encontrar “remédios” para a cura destas pragas e coloca-los no circuito comercial a fim de os produtores terem acesso a estes químicos para efetuarem os respetivos tratamentos.-----

----- Propomos um protocolo com o Instituto Politécnico de Bragança tendo como objetivos: -----

----- Continuar a aposta nos estudos científicos, com a maior celeridade possível, para promover o combate às pragas dos castanheiros;-----

----- Estabelecer parcerias com as mais diversas entidades envolvidas no combate a este flagelo, nomeadamente com a Direção Regional de Agricultura do Norte, Direção Geral de Alimentação e Veterinária, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Associação Portuguesa de Castanha.

----- Promover a colaboração de todas as entidades públicas e privadas no sentido de, com a maior urgência, envidar esforços para acelerar procedimentos que permitam a comercialização urgente dos químicos adequados ao combate destas pragas. -----

----- Que a presente proposta seja enviada para as seguintes entidades: -----

----- Ministério da Agricultura e do Mar; -----

----- Secretaria de Estado da Alimentação e Investigação Agroalimentar; -----

----- Grupos Parlamentares da Assembleia da República do PSD, PS, CDS, PCP, BE e Os Verdes;

----- Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I.P. -----

----- Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;-----

----- Instituto Politécnico de Bragança; -----

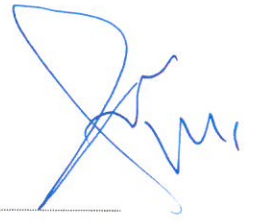
----- Associação Portuguesa de Castanha; -----

----- Juntas e Uniões de Freguesia do Concelho de Bragança; -----

----- Organizações de produtores agrícolas e florestais dos Distritos de Bragança e Vila Real; -----

----- Comunicação Social.” -----

----- Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a referida proposta.” -----



----- Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município. -----

----- Bragança e Paços do Município, 30 de abril de 2015.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, aderir à tomada de posição pelo Município de Bragança relativamente à “VESPA DAS GALHAS DO CASTANHEIRO” e à “PRAGAS DO CASTANHEIRO”.** -----

**Prestação de Serviços – Celebração de Contrato na Modalidade de “Contrato de Avença” – Emissão de Parecer Prévio**

----- 2 – Presente à reunião proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Luís Reguengo Machado, com o seguinte teor: -----

----- “De acordo com conjugado no disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 10.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 32.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, os contratos de prestação de serviços, na modalidade de contrato de avença apenas pode ter lugar quando, cumulativamente: a) se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade a relação jurídica de emprego público; b) seja observado o regime legal da aquisição de serviços e c) seja comprovada pelo prestador do serviço a regularidade da sua situação fiscal e perante a segurança social. -----

----- Acresce que, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, a celebração daqueles contratos depende de prévio parecer do órgão executivo relativamente à verificação do requisito referido na alínea a) do n.º 1 do supra citado artigo 32.º da LTFP, cujos termos e tramitação são regulados por Portaria dos membros do Governos responsáveis pelas áreas das autarquias locais, das finanças e da administração pública. -----

----- Neste mesmo sentido, a Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro (Lei que aprova o Orçamento de Estado para 2015 – LOE2015), no n.º12, do seu artigo 75.º, estabelece para as autarquias



locais, que a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços, designadamente dos contratos de prestação de serviços na modalidade de avença, agora em análise, carece de parecer prévio vinculativo do órgão executivo, dependendo este do cumprimento dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b), com as devidas adaptações, e no n.º 2 do artigo 3.º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de Maio, ou seja: -----

- a) Demonstração de que se trate da execução de trabalho não subordinado, para o qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público, bem como da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa; -----
- b) Confirmação de declaração de cabimento orçamental; e -----
- c) Cumprimento do disposto no n.º 1, do artigo 75.º da referida LOE2015, isto é, a redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro. -----

----- Considerando que a ação social é uma área a que muito nos temos e queremos continuar a dedicar. Além de muito já ter vindo a ser feito, ainda existe muito a fazer e quando se põe em prática um projeto tão arrojado e dinâmico como aquele que este executivo está a desenvolver - PAMS - Plano de Ação Municipal Solidários -, é necessário, mais do que coragem e força de vontade, membros capazes, creditados e que acreditem. -----

----- Considerando que um técnico de ação social deve englobar competências, tais como: Gosto pelas relações pessoais; Gosto pelo trabalho em equipa; Capacidade de iniciativa, dinamismo e cooperação; Capacidade de atuação permanente face às constantes mudanças sociais, culturais e tecnológicas. -----

----- Considerando que para além do trabalho direto de apoio às populações mais vulneráveis, a nível individual e/ou de grupo, o Técnico de Ação Social pretende-se ainda que este desenvolva a sua atividade em articulação com outros sectores, designadamente da saúde, da habitação e do emprego, desenvolvendo parcerias num contexto de desenvolvimento local. -----

----- Considerando que o Técnico de Ação Social irá trabalhar com as famílias em risco de exclusão social e que habitam em espaços degradados e sem fontes de rendimento; -----

----- Considerando ser intenção, celebrar um contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, pelo prazo de um ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de três anos; -----



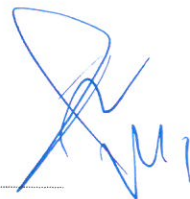
----- Considerando que a Assembleia Municipal em sessão de 27 de Dezembro último, para efeitos do previsto na al.<sup>a</sup> c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, alterada pelas Lei n.ºs 20/2012, de 14 de Maio, 64/2012, de 20 de Dezembro, 66-B/2012, de 31 de Dezembro, e 22/2015, de 17 de Março, e em reforço do consentimento legal previsto no artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deliberou ao abrigo do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, com a redação dada pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro, emitir autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, desde que os encargos resultantes do contrato não excedam o limite 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e no prazo de execução de três anos; -----

----- Considerando o disposto no artigo 265.º da LTPF, em que nenhum dos órgãos ou serviços, pode iniciar procedimento para a contratação de prestação de serviço, sem prejuízo do regime da mobilidade, antes de executado procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação para as funções ou postos de trabalho em causa, cujos termos e tramitação desse procedimento prévio se encontra regulado pela Portaria n.º 48/2014, de 26 de Fevereiro. -----

----- Considerando que nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, na redação dada pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro, no caso das autarquias locais, a entidade gestora da mobilidade especial autárquica (EGMA), a constituir no âmbito das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais são as EGRAS (Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias). -----

----- Considerando que de acordo com o artigo 16.º-A, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, aditado pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro, caso a EGRA não esteja constituída, que é o caso que se verifica na Comunidade Intermunicipal do Douro, conforme declaração emitida em 10 de Dezembro último, a lista nominativa dos trabalhadores que são colocados em situação de requalificação, a entidade que os colocou nessa situação assume a posição de EGRA para todos os efeitos, ou seja, a função é desempenhada nos municípios pelo presidente da câmara municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 15.º do referido Decreto-Lei, na sua actual redação. -----

----- Considerando que esta matéria foi objeto de análise em sede de reunião de coordenação jurídica realizada entre a Direcção-Geral das Autarquias Locais e as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, cuja solução interpretativa homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local em 15 de Julho último, refere que as autarquias locais não têm que



consultar a Direcção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA), entidade gestora do sistema de requalificação e da definição e controlo das políticas de recrutamento interno e externo na Administração Pública, no âmbito do procedimento prévio de recrutamento dos trabalhadores em situação de requalificação. -----

----- Considerando que, no mesmo sentido, se pronunciou a Secretaria de Estado da Administração Pública, conforme Nota n.º 5/JP/2014, que mereceu a concordância do Senhor Secretario de Estado em 10 de Julho do corrente ano. -----

----- Considerando a impossibilidade de satisfazer esta necessidade através de trabalhadores providos no mapa de pessoal, dada a inexistência de trabalhadores com qualificação técnica, que permitam garantir, de forma eficaz, a execução dos serviços objeto do contrato; -----

----- Considerando que o contrato a celebrar tem como objeto prestações sucessivas no exercício de profissão liberal, com retribuição certa mensal, podendo ser feito cessar a todo o tempo (alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º da LTFP), em que o serviço será prestado e executado pelo contratado, sem imposição de horário, com autonomia técnica e sem obediência a ordens diretas relativamente ao modo da sua execução, considerando-se, portanto, como trabalho não subordinado (alínea a), do n.º 1 do artigo 32.º da LTFP), revelando-se, por isso, inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----

----- Considerando que o preço estimado do contrato é de 11.941,12 € anuais, acrescido de IVA à taxa legal em vigor; -----

----- Considerando que com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços referido, irá ser adotado o procedimento de ajuste direto com base no disposto, sobre a matéria, no Código dos Contratos Públicos. -----

----- Considerando o disposto no n.º 1 do artigo 75.º da LOE2015, verifica-se que não há lugar à redução remuneratória prevista no n.º 1 do artigo 2.º e artigo 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro, em virtude do Município não ter celebrado com a mesma contraparte, contrato de idêntico objeto. -----

----- Considerando que de acordo com a declaração emitida pelos Serviços de Contabilidade, anexa à presente proposta, a despesa resultante do contrato de prestação de serviços em causa tem cabimento orçamental na rubrica 02/01.01.07 – Pessoal em regime de tarefa ou avença, que possibilita a celebração do contrato em apreço. -----

----- Assim, propõe-se ao Executivo Municipal que delibere: -----



- a) Considerar a prestação de serviços em apreço na modalidade de contrato de avença, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de vínculo de emprego público; -----
- b) Emitir, por força da conjugação do disposto no n.º 5 e no n.º 12 do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro e no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro com a redação dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, pela Lei n.º 66/2012, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 80/2013, de 28 de Novembro parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços na modalidade de contrato de avença, pelo prazo de um ano, prorrogável por iguais períodos, até ao limite de três anos, uma vez que se encontram reunidos todos os requisitos previstos no n.º 6, do artigo 75.º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de Dezembro." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade:** -----

- 1 – Considerar a prestação de serviços em apreço, na modalidade de contrato de avença, execução de trabalho não subordinado, para o qual se revela inconveniente o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público;** -----
- 2 – Emitir parecer prévio favorável relativamente à celebração do contrato de prestação de serviços nos termos da proposta.** -----

**Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil de Santa  
Marta de Penaguião – Revisão – Consulta Pública**

----- 3 – Presente à reunião informação dos serviços de Ambiente da Divisão de Coordenação Técnica, Planeamento e Gestão Urbana, com o seguinte teor: -----

----- **“1 – Enquadramento** -----

----- 1. Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 50º da Lei n.º 27/2006, de 03 de Julho, com as alterações introduzidas pela Lei Orgânica 1/2011, de 30 de Setembro – Lei de Bases da Proteção Civil, o município de Santa Marta de Penaguião encontra-se em fase de revisão do Plano Municipal



de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), de acordo com a Resolução da Comissão Nacional de Proteção Civil n.º 25/2008 de 18 Junho. -----

----- 2. No âmbito do processo de revisão do PMEPC de SMP, foram enviadas as componentes não reservadas do plano (Parte I, II, III e IV Secção I) aos membros da Comissão Municipal de Proteção Civil (de acordo com o artigo n.º 41 da Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho, com as alterações proferidas pela Lei Orgânica n.º 1/2011, de 30 de Setembro), para que se pronunciassem. -----

----- **II – Análise / Conclusão** -----

----- 1. De acordo com o n.º 8 do artigo 4.º da Resolução n.º 25/2008, de 18 de Julho, relativamente à elaboração, aprovação e publicitação do Anexo (Índice do plano), “ *... a elaboração dos planos de emergência de proteção civil inclui uma fase de consulta pública das suas componentes não reservadas...*”. -----

----- 2. Esta fase desenrola-se por um prazo não inferior a 30 dias e é promovida pela entidade responsável pela elaboração do plano que estabelece os meios e as formas de participação, de acordo com o n.º 9 do artigo 4º do preceituado anterior. -----

----- 3. Face ao exposto, proponho nos termos do quadro legal aplicável, que seja deliberado no sentido de a componente não reservada do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do município de Santa Marta de Penaguião (PMEPCSM), nomeadamente a Parte I, II, III e IV da Secção I (anexo a esta informação), ser submetida a consulta pública, pelo período de 30 dias.” -

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, proceder à consulta pública da Revisão do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Município de Santa Marta de Penaguião, de acordo com a informação dos serviços.** -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA,  
FINANCEIRA E DE RECURSOS HUMANOS**

**Delegação de Competências - Informação do Presidente da  
Câmara Municipal**

----- 4 - “Em cumprimento do n.º 1 do artigo 34.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, levo ao conhecimento do Executivo Municipal as declarações por mim proferidas ao abrigo das

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 12 de 02 de junho de 2015**



competências delegadas pela Câmara Municipal, nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 33.º do referido diploma.” -----

----- Alterações Orçamentais: -----

----- 1 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 05 de maio de 2015. -----

----- 2 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 19 de maio de 2015. -----

----- 3 – Alterações ao Orçamento e Grandes Opções do Plano – Despacho de 26 de maio de 2015. -----

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----

**Tesouraria**

**Resumo dos Fluxos de Caixa até 28 de maio de 2015**

----- 5 – Presente à reunião para conhecimento o Resumo dos Fluxos de Caixa até 28 de maio de 2015, o qual apresenta os seguintes valores: -----

| RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA |            |              |                            | Data:        | 28/05/2015   |
|----------------------------|------------|--------------|----------------------------|--------------|--------------|
| Recebimentos               |            |              | Pagamentos                 |              |              |
| Saldo do dia anterior:     |            | 629 543,26   | Despesas Orçamentais (*)   |              | 3 102 584,75 |
| Execução orçamental        | 603 477,80 |              | Correntes                  | 1 931 613,21 |              |
| Operações de tesouraria    | 26 065,46  |              | Capital                    | 1 170 971,54 |              |
|                            |            |              | (*) Compromissos           | 8 790 988,33 |              |
| Receitas Orçamentais       |            | 3 489        | Operações de tesouraria    |              | 170 307,64   |
|                            | 2 609      | 414,63       | Saldo para o dia seguinte: |              | 1 017 631,37 |
| Correntes                  | 474,39     |              | Execução orçamental        | 990 307,68   |              |
| Capital                    | 879 940,24 |              | Operações de tesouraria    | 27 323,69    |              |
| Operações de tesouraria    |            | 171 565,87   |                            |              |              |
| Total                      |            | 4 290 523,76 | Total                      |              | 4 290 523,76 |

----- **Deliberação: Tomar conhecimento.** -----



## DIVISÃO DA EDUCAÇÃO, CULTURA, DEPORTO AÇÃO SOCIAL E TURISMO

### Atribuição do Subsídio Anual aos Grupos Culturais do Concelho

----- 6 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “ Os nossos grupos culturais já são uns autênticos parceiros nesta “jornada” que é de todos e que a SANTA MARTA só pretende evidenciar e dignificar. -----

----- Se na atribuição do anterior subsídio, foi justo salientar que “...todos aqueles que foram chamados a participar, abrilhantar ou animar uma qualquer atividade ou momento organizado pelo Município, não falharam e isso é para nós motivo de orgulho e profundo reconhecimento”. Este ano é ainda mais justo dizer, que a nossa cultura já se transformou num bom investimento, e que tudo o que nela se investe tem retorno garantido. -----

----- As nossas associações em tudo e para tudo têm trabalhado, e por tal, considerando que as nossas condições económicas já são mais favoráveis, proponho ao executivo Municipal, para o ano de 2015, a seguinte atribuição de subsídios, a pagar em 2 tranches, nos termos das alíneas e) e f) do n.º 2 do artigo 23.º conjugado com a alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro: -----

|  |           |
|--|-----------|
| ----- Associação de Caça e Pesca de Penaguião .....                  | 1.000,00€ |
| ----- Associação Cultural, Recreativa e Desportiva da Cumieira ..... | 800,00€   |
| ----- Associação Desportiva e Cultural de Paradela do Monte .....    | 500,00€   |
| ----- Banda de Musical da Cumieira .....                             | 3.850,00€ |
| ----- Grupo Cultural “Os Medroenses” .....                           | 2.400,00€ |
| ----- Centro Cultural e Desportivo de Lobrigos .....                 | 2.400,00€ |
| ----- Centro Cultural e Desportivo de Alvações do Corgo .....        | 1.100,00€ |
| ----- Associação Padre Joaquim.....                                  | 350,00€   |
| ----- Grupo de Cantares “ Socalcos do Corgo” .....                   | 800,00€   |
| ----- Grupo Cultural e Desportivo de Sever .....                     | 800,00€   |
| ----- Grupo de Xantares Tradicionais de Fornelos .....               | 800,00€   |

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 12 de 02 de junho de 2015**



|   |           |
|---|-----------|
| ----- Grupo Regional Terras de Penaguião .....            | 800,00€   |
| ----- Grupo Cultural e Recreativo G.P. ....               | 800,00€   |
| ----- Grupo de Jovens Raios de Sol.....                   | 800,00€   |
| ----- Rancho Folclórico " Os Romeiros de S. Miguel" ..... | 2.400,00€ |
| ----- Tuna de Carvalhais .....                            | 750,00€   |
| ----- Tuna de Soutelo.....                                | 750,00€   |
| ----- Sanhoanense Sport Clube.....                        | 450,00€   |
| ----- Grupo Etnográfico de Soutelo.....                   | 450,00€   |
| ----- Centro Cultural e Desportivo de Fiolhais.....       | 350,00€   |

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir os subsídios aos Grupos e Associações Culturais do Concelho, de acordo com proposta apresentada.**

**Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Fornelos**

**– Pedido de Subsídio**

----- 7 – Presente à reunião ofício da Comissão da Fábrica da Igreja Paroquial de Fornelos, registado sob o n.º 1204, de 06 de maio do corrente ano, com o seguinte teor: -----

----- "A Comissão da Fábrica da Igreja de Fornelos, entidade que tem missão zelar pela Igreja Paroquial, tem como objetivo imediato proceder à restauração de todo o telhado da Igreja, uma vez que a telha existente já não tem capacidade de reter a água dando origem a várias infiltração que danificam o teto e as paredes. -----

----- Esta Comissão tem algum dinheiro, mas é manifestamente pouco para o orçamento que nos foi proposto. -----

----- Sabendo nós das dificuldades financeiras que atravessamos, mas também da necessidade urgente de tal reparação, leva-nos a pedir a V. Ex.<sup>a</sup> a atribuição de um subsídio, na medida do possível, para que possamos, todos nós, com espírito de ajuda, concretizar esta obra que muito nos honra." -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsidio no valor de 5.000,00€ (cinco mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao**



cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental. -----

**Fábrica da Igreja Paroquial de Alvações do Corgo**

**– Pedido de Subsídio**

----- 8 – Presente à reunião ofício da Fábrica da Igreja Paroquial de Alvações do Corgo, registado sob o n.º 1360, de 29 de maio do corrente ano, a informar das obras que vão realizar no arranjo exterior da Igreja Paroquial e adro envolvente. -----

----- Dado que esta obra está orçada em 70.000,00€ (setenta mil euros), solicitam à Câmara Municipal um subsídio no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros). -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsidio no valor de 15.000,00€ (quinze mil euros), ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental -----

**Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora  
do Bom Despacho – Pedido de Subsídio**

----- 9 – Presente à reunião ofício da Comissão de Festas em honra de Nossa Senhora do Bom Despacho a solicitar um subsídio para a realização da festa, que irá decorrer nos dias 5 a 9 de agosto do corrente ano. -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, atribuir um subsidio no valor de 750,00€ (setecentos e cinquenta euros), ficando, no entanto, o seu encargo



condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental. -----

#### XIV Concurso Internacional “La Selezione del Sindaco”

##### – Animação Cultural

----- 10 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “ Na sequência da realização em Portugal do XIV Concurso Internacional «La Selezione del Sindaco», a AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho e a Confraria de Enófilos do Vinho de Carcavelos realizam, nos dias 5, 6 e 7 de junho, nos Jardins do Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras, o **Festival de Vinhos Europeus e do Enoturismo**. -----

----- Considerando que a animação musical no recinto e em palco é da responsabilidade dos municípios participantes no concurso e considerando, esta, uma oportunidade única de mostrar nacionalmente os nossos grupos culturais e com eles as nossas tradições, proponho ao Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das disposições constantes na alínea e) do nº 2 do artigo 23º e na alínea dd) do nº 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a autorização da despesa de 850€ (oitocentos e cinquenta euros), acrescido o IVA à taxa legal em vigor, à empresa Rodonorte para o transporte dos grupos “Amigos da Música de S. João de Lobrigos” e os “Romeiros de S. Miguel”, nos dias 6 e 7 de junho para representação do concelho no evento acima mencionado. “ -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar as despesas no valor de 850,00€ (oitocentos e cinquenta euros) acrescido o IVA à taxa legal em vigor, nos termos da proposta, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei



n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental. -----

**Aluguer de Palcos – Autorização da despesa**

----- 11 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “ Os palcos são sempre uma logística difícil para os grupos culturais. -----

----- No entanto, já há algum tempo que o Município não possui um seu que possa ceder, e considerando comprar terá que ser um já com alguma capacidade de adaptação a largura e altura. Estes palcos não são de todo baratos. -----

----- Assim, e por forma a satisfazer os pedidos que temos dos diversos festivais de folclore, festival de música de bandas da Cumieira, e o concerto do dia 12 de Agosto - Dia Internacional da Juventude - propõe-se que o executivo autorize a contratualização com a Trazmusica, dos palcos, pelo valor de 3.250,00€ (três mil, duzentos e cinquenta euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor.” -----

----- **Deliberação:** Aprovar, por unanimidade, autorizar contratualização dos palcos, à Trazmusica pelo valor de 3.250,00€ (três mil, duzentos e cinquenta euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental. -----



### **Torneio Regional de Cadetes e Encontro de Escolas de Natação**

----- 12 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

----- “Acreditamos que estimular a competição saudável entre os jovens contribui de forma significativa para a sua formação enquanto cidadãos e atletas, proporcionado de igual forma para a criação de hábitos de vida saudáveis. -----

----- Neste contexto, no dia 27 de junho de 2015 irá realizar-se na Piscina Municipal o Torneio de Cadetes e Encontro de Escolas de Natação, organizado pela Associação Regional de Natação do Nordeste em parceria com o Município de Santa Marta de Penaguião. -----

----- Assim, proponho ao Exmo. Executivo Municipal, ao abrigo das disposições constantes na alínea f) do n.º 2 do artigo 23º e nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a autorização da despesa de 1500€ (mil e quinhentos euros) à Associação Regional de Natação do Nordeste pela realização da atividade acima mencionada.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade, autorizar as despesas no valor de 1.500,00€ (mil e quinhentos euros), de acordo com proposta apresentada ficando, no entanto, o seu encargo condicionado ao cumprimento do estabelecido na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (Lei de Assunção de Compromissos e Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, designadamente quanto à existência de fundos disponíveis e à respetiva dotação orçamental.** -----

### **Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius**

**– Pagamento fracionado da despesa.**

----- 13 – Presente à reunião proposta da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sílvia Silva, com o seguinte teor: -----

**Município de Santa Marta de Penaguião**  
**Câmara Municipal**  
**Ata n.º 12 de 02 de junho de 2015**

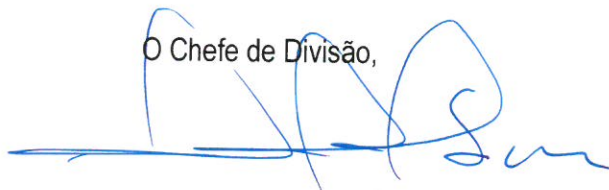
----- “ O Programa de Apoio ao Medicamento Solidarius publicado no Diário da Republica, 2.ª série – N.º166 – 29 de Agosto de 2014, tem como objetivo apoiar a aquisição de medicação com receita médica do Serviço Nacional de Saúde a pessoas com doenças crónicas em situação de carência económica e cuja qualidade de vida depende da necessidade generalizada da utilização de medicamentos. -----

----- Tendo em conta uma melhoria de procedimentos e com vista a uma maior transparência, eficácia e eficiência do apoio prestado, propõe-se que o pagamento da despesa a todos os requerentes que foram ou que venham a ser aprovados no âmbito do programa, seja realizado de uma forma fracionada, mediante a recolha e controle dos recibos da despesa realizada por cada beneficiário.” -----

----- **Deliberação: Aprovar, por unanimidade.** -----

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata, em minuta, nos termos e para os efeitos consignados no artigo 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente da Câmara e por mim, António Augusto Amaral Sequeira, Chefe de Divisão, com funções de Secretário que a elaborei. Foi encerrada a reunião quando eram 10:45 horas. -----

O Chefe de Divisão,



(António Augusto Amaral Sequeira)

O Presidente Câmara,



(Luís Reguengo Machado, Dr.)